

ANEXO I / PROGRAMA PRELIMINAR

(A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 1.º)

1. Nota introdutória
2. Enquadramento Territorial
3. Enquadramento Histórico e cultural
4. Enquadramento Estratégico
5. Programa
  - 5.1. Localização
  - 5.2. Objetivos
  - 5.3. Descrição das Ações
  - 5.4. Faseamento da intervenção
  - 5.5. Enquadramento Financeiro da Intervenção
  - 5.6. Enquadramentos dos Instrumentos de Gestão Territorial
    - 5.6.1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
    - 5.6.2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar-Marinha Grande
    - 5.6.3. Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz
    - 5.6.4. Plano de Urbanização da Figueira da Foz
    - 5.6.5. Plano de Pormenor do Bairro Novo
    - 5.6.6. Outras condicionantes
6. Concursos Complementares que integram o Plano de Regeneração Urbana
7. Documentação Complementar disponibilizada



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

As condições naturais, económicas e sociais, e a qualidade de vida hoje existentes na Figueira da Foz, são fatores determinantes para a aposta numa posição competitiva de Cidade Média na Costa Atlântica Nacional, que a Autarquia tem vindo a assumir no decurso dos últimos 30 anos.

Desde sempre que este conjunto de recursos naturais de qualidade – Rio, Estuário, Mar, Serra e Lagoas - e valores patrimoniais diversificados potenciaram à Figueira da Foz a possibilidade de competir com outras áreas territoriais na captação de funções centrais e atividades de âmbito cultural, científico, de recreio e lazer e em particular no Turismo, setor em que o Município sempre se constituiu como um marco de referência e de tradição regional, nacional e também além –fronteiras.

As características particulares da Cidade da Figueira da Foz, algumas modificações nela registadas e a transformação dos hábitos de procura do segmento do Turismo, à semelhança do que foi acontecendo em muitas outras cidades do litoral, contribuiu para que nos últimos anos se fosse manifestando alguma perda da sua atratividade, processo que a Autarquia procura necessariamente inverter, pela colmatação de algumas fragilidades instaladas, nomeadamente ao nível da degradação do edificado das áreas urbanas centrais e da desvitalização do seu comércio tradicional.

Com o crescimento acelerado da Cidade da Figueira da Foz para fora do seu centro urbano tradicional, decorrente da urbanização acelerada ocorrida nos anos 80 e início de 90 do século XX, acrescida da perda demográfica verificada nas últimas décadas e do crescente fator de sazonalidade verificado nas frentes urbanas litorais, tornou-se evidente esta perda de dinâmica e de competitividade na recuperação de todo o seu tecido urbano central.

Ciente da importância de dinamizar, recuperar e revitalizar o Centro Urbano da Cidade, com enquadramento na estratégia municipal geral pré-definida e em implementação, a Autarquia entendeu a importância de se associar ao projeto “FAZER ACONTECER A REGENERAÇÃO URBANA”, promovido pela CIP- Confederação Empresarial de Portugal (com o apoio do programa COMPETE / SIAC) e, desta forma, promover o debate e a análise de propostas com vista à definição de uma estratégia coerente, racional e sustentável para a definição de um Plano de Regeneração Urbana para a área, no seu todo, tradicionalmente designada por Bairro Novo

Nessa perspetiva, é lançado o presente Concurso que tem como objetivo a recolha de propostas para a requalificação de três núcleos do Bairro Novo, inseridos em pleno Centro urbano tradicional da Cidade, e onde se julga ser estratégico iniciar um processo de Regeneração Urbana, que alastre a toda a sua envolvente, beneficiando assim toda a Cidade da Figueira da Foz.

A seleção de “núcleos-alvo” para o estudo, prende-se com o facto de se entender prudente focar a análise em determinados locais considerados estratégicos, como referido acima, possibilitando assim a apresentação não só de soluções para intervenção física, mas também da seleção de temas que fomentem a recuperação do edificado e o estabelecimento de atividades comerciais e habitação, em torno desses temas.

A diversidade e especificidade dos espaços contidos na área a estudar implica a subordinação a Instrumentos de Gestão Territorial de âmbitos e naturezas distintas, que mais à frente se identificam, e em particular ao Plano de Pormenor do Bairro Novo, vigente.



## 2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho da Figueira da Foz, localizado na costa atlântica de Portugal, insere-se administrativamente no Distrito de Coimbra, na Sub-Região do Baixo Mondego (NUT III) e tem como Concelhos limítrofes Cantanhede, Montemor-o-Velho, Soure e Pombal.

Com uma excelente acessibilidade a Lisboa e Porto, cerca de 90 minutos, o Município é dotado de um conjunto de acessibilidades, rodó – ferroviárias e marítimas, que lhe conferem uma posição de destaque na Região, também potenciada pela existência de um Porto Comercial, em crescimento, e de um Porto de Recreio.

As atuais ligações rodoviárias da A14 e A17 ao Centro da Cidade da Figueira da Foz, sede do Concelho, ligam-na aos principais corredores rodoviários nacionais e a Espanha. As ligações ferroviárias encontram-se atualmente garantidas, via Alfarelos ou Coimbra, à linha do Norte e consequentemente às ligações internacionais.

Com uma área de 380 Km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 63.000 habitantes, o Concelho tem 18 Freguesias, das quais 7 apresentam uma extensa faixa litoral, num total de cerca 38 Km de praias, a que acresce uma significativa área sob jurisdição da Administração do Porto da Figueira da Foz.

## 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO e CULTURAL

Recuando à sua origem, que remonta até ao século XI, a Figueira da Foz apresenta-se como um povoado da Foz do Mondego, em local de passagem para importantes portos interiores, como Montemor e Coimbra, e mais tarde como centro de exportação de mercadorias da região.

A Figueira está, desde sempre e pelo modo de vida e atividade dos seus habitantes, intimamente ligada ao Mar e ao Rio, assumindo em várias fases da sua história um importante papel na economia da região. A exploração e exportação do sal, a pesca longínqua do bacalhau, a seca e a conserva de peixe e a construção naval, hoje quase desaparecidas, foram atividades que ao longo dos tempos muito marcaram o desenvolvimento do Concelho.

A sede do Concelho, Cidade da Figueira da Foz, resultante da agregação do aglomerado de S. Julião, na colina voltada ao Rio, com o núcleo piscatório de Buarcos na enseada de Mar, tem hoje uma extensa e contínua frente de água, rio e mar, e um conjunto diversificado de recursos turísticos e económicos, que potenciam uma forte posição estratégica na região.

Posteriormente, com a instalação das indústrias de pasta de papel e de fabrico de papel, com a Celbi em 1965 e a Soporcel em 1984, e a recuperação económica da Vidreira do Mondego a partir de 1987, hoje integrada na multinacional Saint – Gobain, o Concelho retomou uma nova dinâmica no seu desenvolvimento económico, que completou a longa tradição como destino turístico de preferência, no país e além-fronteiras, embora atualmente algo mudada.

Por outro lado, com a melhoria das acessibilidades regionais e dos acessos à Cidade, e a instalação de alguns equipamentos estruturantes, durante as décadas de 80 e 90, manifestou-se uma alteração de algumas tendências de crescimento dos aglomerados urbanos e da própria sede do Concelho que, necessariamente, estão a ser equacionadas na nova estratégia de desenvolvimento, em implementação.



A área do Bairro Novo, selecionada para o presente concurso, surge na transição do século XIX para o Século XX, como um espaço urbano de vocação balnear, à imagem das estâncias balneares francesas de Biarritz e Arcachon. A construção do Bairro, então designado por Bairro Novo de Santa Catarina, foi iniciada por iniciativa da “ Companhia Edificadora Figueirense” , que em 1868 lança o respetivo Plano de Construção de malha reticulada, para uma plataforma elevada sobranceira ao mar e ao rio e que tem por remate uma imensa “ varanda panorâmica”, depois designada por Esplanada Silva Guimarães. Um conjunto de construções, destinadas ao alojamento e ao divertimento dos banhistas foi preenchendo uma malha urbana equilibrada, que se consolida através do tempo sobretudo pelas linguagens arquitetónicas propostas. Na década de 80 verificam-se as primeiras ruturas na escala arquitetónica e nas suas funcionalidades. A posterior perda de residentes e a fragilização do comércio tradicional, que conferia grande animação ao Bairro Novo, surge na sequência da criação de novas grandes urbanizações na Cidade, a par com a perda demográfica verificada em todo o Concelho e com a diminuição de procura no setor do Turismo.

#### **4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO**

Com o enquadramento do Concelho da Figueira da Foz na Comunidade Inter-Municipal do Baixo Mondego, são assumidos para este Município um conjunto de Projetos considerados de importância supramunicipal, que integram o respetivo Plano Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego, nomeadamente no que toca à valorização dos recursos endógenos da

Região e em particular à promoção e integração do turismo, cultural e de natureza, na valorização de toda esta área territorial .

Constituindo principal objetivo da Autarquia a implementação de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável do Concelho e o aumento da qualidade de vida dos seus habitantes, foi definido um Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Município, acompanhado do lançamento do processo participativo da Agenda 21 Local, a par com o retomar do desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal e de outros instrumentos de gestão territorial.

O Município encontra-se igualmente, desde 2009, envolvido na implementação de um Projeto de Regeneração Urbana ao longo da frente ribeirinha do Estuário do Mondego até à frente marítima, ao abrigo do Programa das Parcerias para a Regeneração Urbana do Programa Operacional do Centro.

Esta intervenção tem como principal aposta a requalificação de toda a marginal Ribeirinha, na vertente lúdico-ambiental e de fruição do Estuário do Mondego, integrando a criação de novos espaços públicos e de lazer e pequenos equipamentos associados, em toda a área envolvente do Porto de Recreio e Forte de Santa Catarina, a reabilitação do Mercado Municipal, e o reordenamento da circulação e do estacionamento em toda esta zona e Bairro Novo.

A requalificação urbana da Cidade, já em curso, deverá ser necessariamente articulada com todas as outras propostas que se venham a desenvolver para a sua restante malha urbana, entendida como espaço contínuo, sendo orientadas no sentido de melhor favorecer e explorar o capital de diferenciação e as sinergias a retirar da relação entre os espaços urbanos de frente de Rio e de frente de Mar, favorecendo a sua ligação.

Potenciar a vertente do Turismo, numa ótica de um desenvolvimento sustentado, que permita dar o necessário suporte programático para também enquadrar as propostas que vierem a ser



equacionadas para a Praia da Figueira – Buarcos, no âmbito da revisão do POOC Ovar – Marinha Grande, e a definição de um conjunto de projetos de renovação do espaço público e da frente edificada marginal, da malha consolidada de Buarcos e em particular do Bairro Novo, é o que efetivamente a Autarquia pretende concretizar com um conjunto de projetos que tem vindo a lançar e no qual o presente concurso também se enquadra.

## 5. PROGRAMA

### 5.1. LOCALIZAÇÃO

A área de enquadramento do presente estudo localiza-se na área urbana da Cidade da Figueira da Foz, nas Freguesias de S. Julião e é designada por Bairro Novo, delimitado a poente pela Avenida 25 de Abril (marginal da Praia), a sul pela Rua Eng. Silva, a nascente pelo Passeio Infante D. Henrique e a Norte pela Rua Alexandre Herculano, encontrando-se toda ela abrangida por um Plano de Pormenor, em vigor desde 2008.

Dentro deste perímetro alargado foi delimitada uma área mais restrita de influência direta ( Anexo VI), abrangida pelo projeto em curso ao abrigo do Programa das Parcerias para a Regeneração Urbana do Programa Operacional do Centro, que deverá ser considerada com área de análise primordial para o presente concurso de conceção.

Para desenvolvimento do presente concurso de conceção de um projeto de regeneração urbana, foram delimitadas três áreas mais restritas, consideradas prioritárias e capazes de potenciar uma intervenção piloto que gradual e futuramente se possa estender a todo o perímetro do Bairro Novo e consequentemente à Cidade.

Com o necessário enquadramento urbano a todo o Bairro Novo, as áreas a submeter a projeto encontram-se devidamente identificadas em planta (Anexo VI) e serão designadas como :

**Área A**, delimitada pela Esplanada Silva Guimarães, a poente, Rua Cândido Reis, a norte, Rua da Liberdade, a nascente, e Rua Engenheiro Silva, a sul;

**Área B**, delimitada pela Rua Bernardo Lopes, a poente, Rua Francisco António Diniz, a norte, Passeio Infante D. Henrique, a nascente, e Rua Engenheiro Silva, a sul

**Área C**, delimitada pela Rua Bernardo Lopes, a poente, Rua Cândido Reis, a norte, Passeio Infante D. Henrique, a nascente, e Rua Francisco António Diniz, a sul;

### 5.2. OBJETIVOS

O presente Concurso de Conceção visa preferencialmente valorizar ideias inovadoras e diferenciadoras, apresentadas sob a forma de Projeto Urbano, que possam ser utilizadas na posterior definição de um Plano de Regeneração Urbana para o Bairro Novo, e em particular para as áreas selecionadas dentro do seu perímetro. As propostas a apresentar deverão sugerir temas e ideias capazes de promover a preservação do património e da memória dos locais, do Bairro Novo e da sua



envolvente, através de um contributo de contemporaneidade e inovação que permita a criação de novas dinâmicas urbanas, com vista a alavancar um eficaz processo de regeneração urbana, de dinamização económica e social de toda a Cidade.

A área de influência direta a estudar tem o mar e o rio, a atividade marítima e a utilização balnear, como elementos identificadores da sua presença na Cidade e é ainda marcada por alguns aspetos necessariamente a considerar:

- a diversidade de épocas construtivas presentes e os variados modelos estéticos representados nos imóveis, do formalismo da Arte Nova e Art Deco ao Modernismo, bem como as diversas tipologias de construção associadas;
- a forte ligação entre os diversos quarteirões que garante a evidente unidade urbana ;
- a relação de escala do edificado com o espaço público urbano, a escala de rua;
- as características de alguns equipamentos urbanos que lhe conferem particular identidade, nomeadamente o Mercado, o Casino, bem como outros que se apresentam em áreas de proximidade, tendo como exemplo a Piscina de Mar, o Grande Hotel (hoje Hotel Mercure) e o Jardim Municipal ou o Tribunal;
- a perda de residentes e o aumento de uso urbano claramente sazonal
- a multiplicidade e complementaridade das funções urbanas que foram existindo e o seu desaparecimento na atualidade;

Como objetivo direto pretende-se que, para esta área de intervenção, seja desenvolvido um Projeto Urbano, que permita encontrar soluções urbanísticas, a integrar num futuro Plano de Regeneração Urbana, passíveis de potenciar:

- a revitalização do tecido económico e social que lhe está associado, por via da criação de novos fatores de competitividade, inovando e apresentando novas ofertas que permitam fixa população e atrair visitantes;
- a requalificação do ambiente urbano, incluindo a proteção e valorização do espaço público e do edificado, o aumento da mobilidade integral dos cidadãos e a garantia de segurança urbana;
- a exploração de fatores identitários e de potenciais recursos, pela criação de espaços temáticos e de novos conceitos de uso urbano;
- uma ampla fruição do Bairro Novo, como espaço público de excelência capaz de contribuir para o aumento de competitividade da Cidade.

### **5.3. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES**

O Projeto Urbano deverá ser desenvolvido para o conjunto das três áreas que a seguir se caracterizam genericamente.



**Área A** – orientada para a área temática do Turismo e do Lazer

Tendo como elemento marcante a Esplanada Silva Guimarães, constituída por uma varanda panorâmica de excelência voltada sobre a Praia e a Foz do Rio Mondego e por um conjunto de edifícios já com utilização na área da restauração ou similar, ou que a potenciam, esta área apresenta uma posição estratégica na malha urbana e uma estreita ligação ao percurso pedonal mais intenso e emblemático da Cidade, o designado “Picadeiro”. Potenciando algumas pré-existências de referência, pretende-se incrementar novas atividades ligadas ao lazer, passando pela criação de novos espaços de diversão, esplanadas e outros, que permitam aumentar a permanência dos utentes e contrariar a sazonalidade manifesta.

**Área B** – orientada para a temática da Habitação e da Hotelaria

Com uma componente habitacional unifamiliar e multifamiliar predominante, é dotada de vários equipamentos com funções complementares da habitação, como o Mercado Municipal, com obras de requalificação em curso, e o Conservatório de Música da Figueira, que integra vários níveis de ensino. Alguns edifícios privados e desocupados, de qualidade arquitetónica evidente, como o Hotel Hispânia, o edifício de gaveto com a Rua Bernardo Lopes, ou o edifício adjacente ao Mercado, na Rua Francisco António Diniz, aguardam por uma requalificação urgente e reúnem condições para neles poderem ser explorados novos conceitos de reutilização, no âmbito da regeneração urbana.

**Área C** – orientada para a temática do Comércio e dos Serviços

Com uma localização privilegiada no Bairro Novo, pela sua posição de charneira nas ligações do Núcleo mais antigo da Cidade, a nascente, com a zona de vocação mais balnear, adjacente à Avenida 25 de Abril, igualmente apresenta imóveis privados desocupados, que pela qualidade arquitetónica ou pela localização, carecem de uma intervenção urgente e poderão permitir a criação de espaços com funções âncora que potenciem a competitividade das duas outras áreas e de uma envolvente alargada, nomeadamente completando e valorizando a intervenção em curso no Mercado Municipal. O conjunto dos edifícios designados por Colégio das Freirinhas, propriedade da HABISERVE, Edifício TRABALHO, propriedade da Companhia Seguradora Açoreana, e Centro de Diversões, enquanto elementos simbólicos do Bairro Novo mas a necessitar de uma intervenção urgente, reúnem condições de posicionamento, de proximidade e de área de terreno que poderá justificar uma intervenção conjunta, tirando partido da redefinição das suas áreas de construção e de implantação, na procura de uma solução urbanística de excelência que valorize novas e qualificadas dinâmicas empresariais de comércio e de serviços, e da criação de um núcleo regenerador de toda a área urbana envolvente.

O Projeto Urbano a apresentar deve clarificar devidamente o papel que o Bairro Novo terá que assumir, no âmbito da sua regeneração, enquanto parte integrante da Cidade, e as relações que deverão ser estabelecidas e / ou fortalecidas com as intervenções de reabilitação do Mercado Municipal e da Frente Ribeirinha e Forte de Santa Catarina, que a Câmara Municipal está a levar a efeito, bem como de outros espaços urbanos de proximidade.

O estudo deve necessariamente abordar as relações de circulação urbana, trânsito automóvel e estacionamento, continuidade de espaço público, articulação com a estrutura ecológica urbana, nomeadamente com o Jardim Municipal e o Parque das Abadias, e com as relações de fruição pública das frentes de Rio e Mar.





Sendo a área objeto de estudo abrangida por um Plano de Pormenor em vigor, cuja regulamentação apresenta alguns constrangimentos à edificabilidade incompatíveis com um ordenamento mais inovador do espaço urbano consolidado, admite-se que as soluções a apresentar possam conter indicações para eventual alteração das regras do Plano de Pormenor, a avaliar pela Câmara Municipal numa futura revisão deste Plano.

#### **5.4. FASEAMENTO DA INTERVENÇÃO**

No sentido de garantir a viabilidade e exequibilidade da solução proposta, como contributo efetivo para o posterior Plano de Regeneração Urbana do Bairro Novo, devem os concorrentes demonstrar a adaptabilidade da mesma a uma intervenção faseada e / ou pontual, refletindo uma capacidade de autonomização, sem que no entanto tal possa comprometer a coerência global da solução. Pretende-se, assim, uma solução de compromisso que reflita uma visão aglutinante da área em estudo relativamente ao restante Bairro Novo e, por outro lado, uma capacidade de independência entre os vários níveis de intervenção que possibilite a sua concretização em tempos distintos.

#### **5.5. ENQUADRAMENTO FINANCEIRO DA INTERVENÇÃO**

Dados os constrangimentos financeiros impostos pelo momento que todos vivemos, pretende-se que as ideias e propostas apresentadas sejam financeiramente racionais e sustentáveis, devendo as mesmas conter não só a estimativa global da intervenção, mas também valores parcelares relativos às várias áreas e componentes programáticas que integram a proposta.

Não havendo intenção da autarquia em efetuar os investimentos relativos às intervenções propostas no presente concurso, pretende-se que a solução vencedora seja capaz de aliciar parceiros privados que promovam a sua execução. Como tal, fará o júri do concurso uma avaliação da viabilidade económico-financeira às três melhores propostas, de forma a ajustar os critérios de classificação.

Face ao exposto, deverão os concorrentes enquadrar as suas propostas com esta situação, atendendo ao facto que o recurso a financiamento se encontra, cada vez mais, limitado, pelo que as novas ferramentas de financiamento serão um importante alvo para a procura de verba que viabilize a execução deste projeto. Nesse sentido, deverão os concorrentes ter essa informação presente no enquadramento das suas propostas para que, numa fase posterior, possam ser avaliados e aprovados por tais ferramentas, nomeadamente o financiamento via Fundo JESSICA. A viabilização da execução das propostas poderá passar também por uma intervenção faseada, no tempo e/ou no tipo de investidor, mantendo a coerência do trabalho e respeitando o programa em causa.

#### **5.6. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (Anexo VIII)**

**5.6.1.** Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro / PROT aprovado em Conselho Regional do Centro em 2001.05.09 (ainda não publicado).

**5.6.2.** Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar-Marinha Grande / PEOT ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/ 2000, publicada a 20 de outubro de 2000, com processo de revisão em curso.





Toda a área de praia e frente marginal é abrangida pelo POOC, sendo classificada na respetiva planta de síntese e planta de condicionantes.

**5.6.3.** Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz / PMOT ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 42/ 94, publicada a 18 de junho de 1994, com processo de revisão em curso.

**5.6.4.** Plano de Urbanização da Figueira da Foz / PMOT ratificado pela Portaria nº 519/ 95, publicada a 31 de maio de 1995, com processo de revisão em curso.

**5.6.5.** Plano de Pormenor do Bairro Novo / PMOT com Deliberação nº 441/2008, publicada em 19 de fevereiro de 2008:

Este plano incide sobre toda a área conhecida como Bairro Novo (antigo Bairro Novo de Santa Catarina), com frente edificada para a Av. 25 de Abril , a poente, e para o Parque Verde das Abadias, a nascente.

**5.6.6.** Outras condicionantes

Implantados na malha edificada, do Bairro Novo e envolvente, existem alguns imóveis classificados e respetivas zonas de proteção que importa referir:

- Grande Hotel e Piscinas, classificados como Imóveis de Interesse Público pelo Dec. nº 5/2002, de 19 de fevereiro;
- Forte de Sta. Catarina de Ribamar, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 44075 de 5 de dezembro de 1961, cuja zona de proteção ainda abrange uma pequena área do “Parque das Gaivotas”;
- Capela de Sta. Catarina, classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 44075 de 5 de dezembro de 1961;
- Esplanada Silva Guimarães / Castelo Engenheiro Silva, Antigo Turismo e Casa das Conchas, no conjunto classificados como Imóvel de Interesse Municipal por Despacho de 14 de outubro de 1999;
- Torre do Relógio, classificada como Imóvel de Interesse Municipal por Despacho de 15 de maio de 2003;
- Edifício do “Casino Oceano”, classificado como Imóvel de Interesse Municipal por Despacho de 15 de maio de 2003;
- Edifício do “ Centro de Diversões”, classificado como Imóvel de Interesse Municipal por Despacho de 15 de maio de 2003;
- Mercado Municipal, classificado como Imóvel de Interesse Municipal por Despacho de 4 de março de 2002;
- Casa do Paço, classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 47508 de 24 de janeiro de 1967;



- Edifício dos CTT da Figueira da Foz, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto – Lei 173 / 2006 de 24 de agosto;
- ZEP / Zona Especial de Proteção de Imóvel de Interesse Público, abrangendo o Edifício dos CTT e a Casa do Paço, delimitada por despacho de homologação de 2010.01.19.

## **6. CONCURSOS COMPLEMENTARES QUE INTEGRAM O PLANO DE REGENERAÇÃO URBANA**

No âmbito do presente projeto - piloto em curso, e da preparação de um Plano de Regeneração Urbana, foi aberta à população uma “ Auscultação Pública”, com vista à recolha de opinião e ideias de quem vive a e na cidade todos os dias, que decorreu entre 11 de junho e 13 de julho. Com esta iniciativa pretendeu – se, por um lado, avaliar a sensibilidade, interesse e disponibilidade por parte da população para este tema tão importante para a cidade e, por outro, recolher um conjunto de elementos que pudessem auxiliar os profissionais na tomada de decisões e na definição das propostas finais de intervenção urbana. Pese embora a divulgação que foi feita, não foram apresentados quaisquer contributos ou propostas para o estudo em apreço.

À presente data encontra-se também a decorrer um Concurso Académico ( de ideias) dirigido aos estudantes da Licenciatura em Arquitetura do Centro Regional das Beiras / Viseu da Universidade Católica Portuguesa, na sequência de um protocolo de colaboração celebrado, em novembro de 2011, entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e esta Instituição de Ensino Superior. O lançamento deste concurso surge na sequência do conjunto de estudos realizados no ano letivo de 2011 – 2012, nas disciplinas dedicadas à regeneração urbana e que tiveram como território de análise o Bairro Novo, agora abrangido por este Projeto – Piloto.



# CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO (IDEIAS) PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO BAIRRO NOVO DA FIGUEIRA DA FOZ

## 7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DISPONIBILIZADA

<b>Anexo V</b> <b>Ortofotomapas</b>		ortofotomapas
<b>Anexo VI</b> <b>Cartografia Base</b>		- planimetria – cartas 48 e 49 - delimitação das áreas a submeter a projeto
<b>Anexo VII</b> <b>Instrumentos de gestão territorial</b>	Imóveis Classificados do Bairro Novo	imoveis classificados
	PDM	- carta de ordenamento - carta de condicionantes - regulamento – RCM nº 42/94
	Plano de Urbanizacao da Figueira da Foz	- planta de zonamento - regulamento – Portaria nº 519/95
	Plano Pormenor do Bairro Novo	- planta de implantação - planta de condicionantes - regulamento – deliberação nº 441/2008 e Decl. Rect. Nº 620/2011
	POOC Ovar-Marinha Grande	- planta de síntese - planta de condicionantes - regulamento – RCM nº 142/2000
<b>Anexo VIII</b> <b>Informação Complementar</b>	Área de intervenção PRU	- peças desenhadas - memória descritiva
	Rede Electrica	planta
	Rede Viaria	planta de sentidos de tráfego
	Abastecimento de Água	planta
	Saneamento	planta

